Fragmentos da história da psicologia no Brasil: algumas notações sobre teoria e prática

Psychology History Pieces' in Brazil: some notes about theory and practice

Tania R. Catharino *

RESUMO:

Este artigo visa refletir sobre a relação teoria/prática, utilizando como interlocutores elementos da história da Psicologia e autores como Isaías Pessotti e Sylvia Leser de Mello. A dissociação entre ciência e técnica na Psicologia brasileira compõe um contexto social mais amplo, a partir de uma tradição colonialista que visa importar técnicas para aplicação imediata, havendo uma precariedade na pesquisa e teorização. Antes da lei 4.119/62, que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil, encontrava-se a ação precedendo a teorização: o campo era ocupado pelos práticos-psicologistas. Assim, um dos motivos da regulamentação foi instituir a graduação universitária como única forma de acesso à profissionalização. Porém, ainda hoje a dissociação entre teoria e prática domina o cenário acadêmico e profissional no Brasil, impulsionado pela demanda empresarial, que incentiva uma formação pragmática. São questões que inquietam e preocupam, mas também mobilizam, no sentido de se buscar construir uma outra história para a Psicologia.

Palavras-chave: História da Psicologia; relação teoria/prática; formação em Psicologia.

ABSTRACT:

This article aims to reflect about the relation between theory and practice with the help of psychology history elements' and having some authors, like Isaías Pessotti e Sylvia Leser de Mello, as interlocutors. Because of a colonialist tradition that imports some techniques with the intention to use them quickly, and having with that a considered lost on research and theorization, the dissociation between science and technique in the Brazilian Psychology compose a bigger social context. Before the regulation of the psychologist profession in Brazil, the theorization was preceded by the action: the field was occupied by the 'practicals-psychologists'. So, one of the regulation reasons was to have a university graduation as the only way to be professionalized. But, nowadays, the academic and professional scenarios in Brazil are still dominated by the dissociation between theory and practice, and that is because of the corporative needs, which only incentives a pragmatic graduation. Those questions are necessary to worry and touch in order to build another history to Psychology.

Key-words: Psychology History; relation theory/practice; graduation in Psychology

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre a relação teoria e prática, utilizando, como pano de fundo, a história da psicologia e o desenrolar de acontecimentos que marcam a singularidade deste binômio em nosso país. Posto este objetivo, emergem duas questões que precisam ser explicitadas.

A primeira diz respeito ao fato de que a relação teoria e prática, obviamente, não é privativa nem se origina numa história local (mesmo que tenha abrangência nacional) – a da psicologia brasileira. Encontra suas origens, como é sabido, na divisão social do trabalho: temos de um lado o trabalho intelectual, e de outro o trabalho manual; e, fundamentando esta divisão, temos o sistema capitalista e o ideário liberal, que instituem um modelo tecnicista, meritocrático, que explica e legitima a alocação dos indivíduos num e noutro pólo deste binômio. Há também toda uma gradação de valor, uma hierarquia, de tal sorte que, além da fragmentação do homem, há a valorização de uns e a desvalorização de outros, conforme o tipo de trabalho que realizem. Portanto, os caminhos apontados no sentido da

superação da dicotomia que aí se encontra esbarram em questões que vão além dos esforços empreendidos de forma localizada - como é o caso de algumas tentativas de reforma curricular¹. É claro que a ação microssocial, cotidiana, possui um valor em si mesma. Porém, para melhor compreendermos essa rede de histórias locais, precisamos ampliar nosso conhecimento sobre o contexto no qual elas se desenrolam.

A segunda questão diz respeito à própria concepção de história. Em contraposição à maneira instituída de **estudar**, de **relatar** a história, surge uma outra maneira de **fazer**, de **contar** a história. Esta é fabricada quase artesanalmente, de forma localizada, quase privada; e, no entanto, se faz pública: mostra-se em tudo (basta apreendê-la pelo tato, por exemplo) e pertence a todos (basta se engajar na ação que a desencadeia e a atravessa). É a história que se produz a partir da narratividade de fragmentos das práticas cotidianas: um evento na vizinhança, um jogo proposto pelo professor, uma insubordinação do cliente, que se nega a seguir uma prescrição... são múltiplas as possibilidades. Sua apreensão só se dará mediante a utilização de todos os sentidos. Mesmo assim, quando formos contar o que vimos, já estaremos fazendo a história da história a se contar.

É nesse contexto que podemos falar da relação teoria e prática na história da psicologia no Brasil. É nesse vai-e-vem entre o micro e o macrossocial, em idas e vindas que desafiam as barreiras instituídas que separam essas duas esferas, também instituídas como realidades separadas, que se deve desenhar o traçado que constitui historicamente este binômio.

Resta-nos ainda esclarecer que os elementos da história da psicologia, assim como os autores que os apresentam, são tomados por nós como interlocutores. Este é o caso de Pessotti (1975)² e de Mello (1983), responsáveis pelos fragmentos históricos que integram este texto.

NARRANDO A HISTÓRIA

Começemos por analisar uma afirmação de Mello (1983), pelo fato de esta conter alguns aspectos que nos parecem extremamente relevantes para nossos propósitos:

“de um lado, [temos] instituições cuja orientação pragmática as habilita à preparação de profissionais, e que contribuem decisivamente para a instauração da psicologia aplicada no Brasil. De outro, instituições não voltadas para a aplicação imediata, mas que não conseguem realizar plenamente sua vocação científica”. (p.38)

A autora aponta para a dissociação entre teoria e prática, assim como para a impotência do ensino superior para formar profissionais que prestarão serviços à comunidade. Porém, ao verificar que tal impotência não se limita ao ensino da psicologia, Mello nos leva a situar o problema do ensino superior no contexto social mais amplo, a fim de investigar, aí, suas funções. Conclui então que tanto a história quanto a situação atual da psicologia no Brasil, enquanto ensino e enquanto profissão, não encontram as origens de suas dificuldades numa separação entre ciência e técnica. A partir de uma tradição colonialista, nosso país importaria técnicas de uma forma indiscriminada, com vistas à aplicação imediata, permanecendo as ciências das quais elas derivam como mero acessório.

É sabido que uma das principais críticas dirigidas à formação e ao exercício da profissão refere-se ao descompasso entre as ações e os conhecimentos que lhes dão sustentação. Há uma precariedade no campo da pesquisa,

da teorização, e uma conseqüente lacuna no mercado editorial, que é prioritariamente dominado por títulos estrangeiros, que não contemplam a nossa realidade. Desde que entendamos a psicologia articulada a uma materialidade; desde que não queiramos fragmentar subjetividade e objetividade, há de se enfatizar a importância do contexto no qual se produzem os fenômenos *psi*. Percebemos, no entanto, que tal descompasso tem história, e que, segundo Mello, este se relaciona à tradição colonialista. Esta tradição, de certa forma, persiste ainda hoje, mesmo que na versão pós-moderna da globalização e do neoliberalismo.

Outra questão abordada por Mello diz respeito à regulamentação da profissão.

“Assim, a partir da lei nº 4119/62, os profissionais devem ser diplomados em cursos superiores de psicologia, mas a psicologia aplicada já possuía uma história que imprime seu selo nos novos cursos e na profissão”. (p. 42)

Ao discutir esta regulamentação, Mello nos mostrará que, além de se propor a corrigir irregularidades técnicas e a valorizar a profissão, seu maior objetivo (concretizado) foi instituir a graduação universitária como única via de acesso à profissionalização. Além disso, transformou o psicólogo num profissional liberal. Este modelo profissional, como sabemos, veio a fazer parte do imaginário da década de 70, como alavanca de ascensão social para a classe média, que acalentava este sonho, embalada pelas promessas do *Milagre Econômico*.

Prosseguindo, a autora nos aponta o fato de que a criação de um curso de Psicologia na USP foi proposta em 1953, sendo alegada, na época, a demanda então existente de profissionais desta área, por parte de repartições estatais e paraestatais ou empresas particulares, além de considerações a respeito da formação dos práticos-psicologistas, contrapondo um aprendizado científico de caráter universitário ao caráter pragmático então em vigor. Esse caráter pragmático pode ser ilustrado por alguns eventos de nossa história.

Merece destaque o fato de que mesmo antes da institucionalização de um curso de psicologia, a USP havia incorporado a cátedra de psicologia da antiga Escola Normal de São Paulo - quando esta disciplina passou a ser ensinada nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia -, marcando o que Pessotti (1975) chama de “período universitário”, em contraposição à “fase dos pioneiros solitários da psicologia brasileira”. Esses pioneiros caracterizavam-se pelo emprego de técnicas – eram os práticos-psicologistas. Dentre eles, destacavam-se os “médicos-psicólogos”, dedicados à aplicação hospitalar de técnicas psicológicas e psicoterápicas desde o início de século. Assim, em 1922 é criada a Liga Brasileira de Higiene Mental que, em 1932, propõe ao Ministério de Educação e Saúde a obrigatoriedade de se manterem gabinetes de psicologia junto às clínicas psiquiátricas. Surge também o Instituto de Higiene, onde foram realizados estudos de psicologia aplicada desde 1926, tendo originado o Serviço de Inspeção Médico-Escolar. Já em Recife foi criado, em 1925, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, depois chamado Instituto de Psicologia, tendo produzido inúmeros estudos de psicologia aplicada.

Nota-se que havia um descompasso entre a ênfase na psicologia aplicada e o desenvolvimento teórico. Um exemplo disso é o fato de serem, os “práticos-psicologistas”, autodidatas. Até 1940, a psicologia se encontrava atrelada aos cursos de Biologia e Neurologia, e apenas em 1950 é criada, em Porto Alegre, a cadeira de psicologia nos cursos de medicina. Outro aspecto a ser ressaltado é que, desde o início, as aplicações da psicologia seguem aquelas que, mais tarde, viriam a se tornar as três áreas tradicionalmente instituídas: clínica, escolar e do trabalho. De maneira geral, este

parece ser o quadro encontrado: a ação precedendo a teorização, fato que procura ser “corrigido” com a regulamentação da profissão.

Uma outra vertente através da qual Mello discute a relação teoria e prática remete-nos à problemática da demanda. Segundo a autora, esta está intrinsecamente ligada aos interesses de repartições estatais, paraestatais e das empresas privadas. Com relação a esta afirmação, gostaríamos de discorrer brevemente sobre alguns pontos de vista de Apple (1989), no que diz respeito às suas contribuições sobre a produção do conhecimento escolar³.

Ao discutir a Escola, Apple (1989) vai enfatizar sua função duplamente produtiva: ao mesmo tempo em que produz agentes para o setor econômico da sociedade, produz cultura, exigida, de forma direta ou indireta, pelo setor econômico. Apple nos convida a pensar no conhecimento como uma forma de capital e na Escola como um local privilegiado de produção de mercadorias culturais. Adverte-nos que, para além da obviedade da afirmação de que a Escola produz conhecimentos, pensemos no fato de que este conhecimento não é necessariamente uma mercadoria neutra numa economia capitalista. Neste sentido, pondera que a produção de conhecimento técnico-administrativo (incluindo os recursos humanos) deve ser melhor compreendida, em função de sua utilização em nossa sociedade, e a vincula aos interesses empresariais. Vemos, portanto, que o argumento de Mello (segundo o qual os interesses empresariais impulsionam a regulamentação da profissão de psicólogo) encontra apoio em Apple. Este vai além quando discute o papel do Estado, que, segundo ele, se torna cada vez mais presente na esfera da produção ao socializar os custos da educação, da pesquisa científica e do treinamento da força de trabalho (aspectos estes bem atuais, se considerarmos a nova LDB⁴ e os parâmetros curriculares nacionais).

ENSAIANDO UMA CONCLUSÃO

Podemos resumir a discussão aqui empreendida em dois aspectos.

O primeiro diz respeito ao fato de que, historicamente, existe no caso brasileiro uma anterioridade da prática com relação à teoria. Nos episódios, nos empreendimentos institucionais, na construção de um campo próprio para a psicologia, verificamos que a técnica precede o conhecimento. Este, de maneira geral, permanece como um fundamento, cujo valor se esgota na derivação de uma ação prática (quer seja uma técnica psicoterápica, um novo teste ou uma ação educativa).

O segundo diz respeito à demanda empresarial (privada e/ou estatal) que impulsiona a institucionalização da formação profissional, vinculada aos interesses de grupos específicos que, obviamente, possuem problemas também específicos. Passam, portanto, a ser formados os profissionais da psicologia, marcados por um pragmatismo que se expressa em soluções para problemas que nem sempre estão circunscritos ao âmbito técnico.

A despeito de uma série de mudanças (no nível das práticas, das teorias, da psicologia e do Brasil), este é o quadro que ainda hoje domina o cenário acadêmico e profissional. Deparamo-nos, nos meios universitários, com propostas de reformas (orquestradas pela nova LDB) que vinculam os interesses da educação às demandas sociais, ou melhor, aos interesses empresariais, multinacionais, neoliberais e globais. Assistimos também à construção de uma história que não apenas resgata e intensifica, como reedita a desvinculação da teoria e da prática, enquanto afirmação de uma estratégia de exclusão, que tenta nos fazer sentir à parte da própria história.

Todas estas questões nos inquietam e preocupam, mas também nos mobilizam e incitam a abdicar do cômodo papel de espectador para assumir o de atores. Atores que se enredam e que participam da construção desta rede que é a história da psicologia, na qual figuramos como personagens que pesquisam, que agem, que respondem e que inventam novas perguntas para contar outras histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael W. - *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CERTEAU, Michel de A. - *Invenção do cotidiano – Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MANCEBO, D., MOURA, A. e BAYER, G. - “Refazer na UERJ as políticas de educação nacional: contribuição crítica. Em: *ADVIR*, nº 10, 1997”.
- MELLO, Sylvia Leser de - *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1983.
- PESSOTTI, Isaiás. - “Dados para uma história de psicologia no Brasil”. Em: *Psicologia*, ano 1, n. 1. 1975,1-14.

* Professora assistente da Faculdade de Educação/UERJ; Professora auxiliar do Instituto de Psicologia/UGF; Doutoranda no programa de pós-graduação do Instituto de Psicologia/USP.

¹ Cito aqui as reformas curriculares, porque já há algum tempo estas passaram a se constituir num verdadeiro *fetichê*. São minoria os casos que vão além de uma perspectiva estrutural de currículo, tomando-o como processo. De maneira geral, parece haver a crença de que bastaria mexer na grade curricular e todas as mazelas profissionais e da formação estariam resolvidas.

² Segundo este autor, a primeira História da Psicologia data de 1944. De lá para cá, intensificou-se a produção que procura dar conta de nossa memória. Porém é recente a preocupação com a produção de uma história viva, que se constrói na medida em que se conta, em contraste com uma perspectiva estática e linear, que resulta numa simples enumeração descritiva dos acontecimentos.

³ Apple aborda o conhecimento escolar num sentido lato, o que nos faz considerar a relevância de incluir nesta categoria o conhecimento acadêmico.

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394, de 20/12/96